

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

POSITIVISMO JURÍDICO

E DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL 41

- 1.1. Positivismo Jurídico: traços determinantes42
- 1.2. Hans Kelsen: a discricionariedade judicial
no positivismo jurídico kelseniano58
- 1.3. Herbert Hart: a discricionariedade judicial
no positivismo jurídico hartiano63
- 1.4. Positivismo Inclusivo e Positivismo Exclusivo:
a discricionariedade judicial nas vertentes
mais recentes do positivismo jurídico66
- 1.5. Fecho: conclusões parciais.....68

CAPÍTULO II

A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO (CHD)

E A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL 71

- 2.1. Bases filosóficas da CHD: uma questão de paradigma.....72
- 2.2. A abordagem da CHD sobre a (in)determinabilidade
do Direito e o papel dos princípios78
- 2.3. Elementos fundamentais da teoria da
decisão judicial constitucionalmente adequada:
os cinco princípios e o teste das seis hipóteses97
- 2.4. A CHD ao Positivismo: pós-positivismo brasileiro?101

- 2.5. Deixando evidente a importância da Crítica
Hermenêutica do Direito: a “letra fria da lei”
como um case doutrinário paradigma107
- 2.6. Fecho: conclusões parciais.....129

CAPÍTULO III

DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: O ABANDONO DO LIVRE CONVENCIMENTO COMO UM NOVO PARADIGMA DE FUNDAMENTAÇÃO..... 133

- 3.1. O livre convencimento como a porta de entrada da
discricionariedade judicial136
- 3.2. Outras inovações processuais pertinentes:
os elementos essenciais da sentença e o conceito
de coerência e integridade no CPC/2015140
- 3.3. Discricionariedade judicial
e Democracia Constitucional: um empecilho143
- 3.4. Ensaio: O papel do Supremo Tribunal Federal
na reforma política154
- 3.5. Fecho: conclusões parciais.....178

CONCLUSÃO 181

REFERÊNCIAS 185